

1 – HISTÓRICO DO EVENTO

O II Seminário de Educação Brasileira (IISEB), realizado em dezembro de 2009 em celebração aos trinta anos de existência do CEDES, marcou a retomada de um fórum para o debate e a discussão aberta das políticas públicas de educação, por meio da reunião de pesquisadores de primeira linha e de educadores comprometidos com a democratização da educação nacional. O II SBE deu continuidade ao I Seminário de Educação Brasileira e articulou-se a todas as ações protagonizadas pela entidade que se seguiram nessas décadas. Estas incluíram a participação na organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) junto com outras entidades (ANPED, ANDE e inicialmente, CEDEC). Tais conferências redundaram em outras ações coletivas que contribuíram para a reorganização do campo da educação durante a redemocratização do país, para a discussão dos problemas educacionais e para a formulação de idéias que subsidiaram os debates da Constituinte, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional de Educação de 2001.

Nestes 30 anos de atividades, o CEDES participou ativamente dos principais debates que mobilizaram o campo da educação brasileira, contribuindo significativamente para a elaboração das políticas públicas na área. Ao mesmo tempo, consolidou a Revista Educação & Sociedade transformando-a num dos mais importantes periódicos científicos da área, com repercussão nacional e internacional. Do mesmo modo, os Cadernos CEDES constituíram-se numa original contribuição científico-teórica voltada para os interesses formativos e pedagógicos dos profissionais da educação básica.

Concebido como foro acadêmico para a reflexão e a discussão qualificada de questões candentes na área, o II Seminário debateu as novas tendências da relação entre o público e o privado na oferta da educação e sua regulação por parte do Estado; os sistemas nacionais de educação na América Latina; os processos de regulação e as políticas de educação; a expansão da educação à distância no ensino superior e seus impactos sobre a formação e a desigualdade na educação.

Dando continuidade aos debates das edições anteriores do evento e considerando que o ano de 2010 foi marcado pelo esforço de educadores, governos, pesquisadores, estudantes e entidades da sociedade civil em torno das discussões sobre o Novo Plano Nacional de Educação e que tal esforço fora sintetizado na organização da CONAE, Conferência que reuniu delegados diferentes segmentos da sociedade civil de todo o país e de esferas governamentais para a discussão dos rumos da Educação Brasileira com vistas à formulação do Plano Nacional de Educação, o III SEB se propôs a refletir e debater os diferentes aspectos envolvidos nesta formulação. Um dos resultados do IIISEB foi a organização um Caderno de emendas ao PNE com suas justificativas, em material digitalizado e impresso, publicado no site do CEDES e amplamente distribuído aos parlamentares da Comissão Especial do PL 8.035 e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados. As emendas foram incorporadas e registradas no processo do PL pelo seu Relator.

A organização do IV SEB ocorre no momento em que o Projeto de Lei 8.035, aprovado na Comissão Especial segue para o Senado, depois da derrubada do Requerimento 162/2012, que dirigia o PL 8.035 – PNE para o plenário da Câmara.

2. IV SEB: APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Apresentação: O IV SEB trabalha com o foco das políticas de responsabilização, do regime de colaboração e do Sistema Nacional de Educação no PNE.

No Brasil, à questão do crescimento das políticas de responsabilização associa-se uma importante discussão sobre formas de responsabilizar **quem ou o quê**. Ninguém discorda de que os variados entes federativos e os profissionais da educação têm que assumir a responsabilidade pelos processos e resultados da educação. A questão que tal problemática suscita é a das características com que se manifestam as diversas formas de responsabilização: Serão de tipo autoritário, gerencialista ou participativo, democrático?

As políticas gerencialistas de caráter autoritário, em muitos dos locais onde foram implantadas, têm enfatizado o uso de uma pretensa meritocracia como ferramenta de conformação da educação e da escola a padrões determinados externamente, bem como a geração de novas formas de privatização. Estas podem ser baseadas tanto na transferência de recursos públicos para a iniciativa privada para que esta "gerencie" a educação pública, quanto na privatização da gestão das redes públicas, pela adoção de assessorias privadas, muitas vezes acopladas a sistemas privados de avaliação de desempenho das escolas.

Esses movimentos refletem-se na recente disseminação dos processos de privatização que, por vezes, incluem o próprio processo educacional do ponto de vista pedagógico e didático, seja pela transferência da gestão das escolas públicas à iniciativa privada, com ingerência nos seus processos internos, seja pela compra de materiais apostilados e "treinamento" dos professores. Tais processos coincidem com a introdução das chamadas medidas de "responsabilização" direcionadas aos profissionais da educação (gestores escolares e professores).

Sob o argumento de melhorar a qualidade da educação nas escolas públicas têm sido adotadas estratégias de incentivo a exemplo dos bônus relacionados à produtividade docente, entendida como cumprimento de metas de desempenho de seus alunos. Esta concepção alinha-se com a compreensão de que o problema da qualidade das escolas públicas brasileiras decorre de uma gestão ineficaz, que não está focada na obtenção de resultados educacionais, medidos através do desempenho dos alunos em testes padronizados. No polo oposto toma-se como referência o setor privado como exemplo de eficiência e melhor razão custos/benefícios.

As políticas que se baseiam em responsabilização participativa e democrática por meio do investimento no crescimento e no fortalecimento da escola e dos profissionais da educação, bem como no fortalecimento do papel dos pais e alunos na avaliação da qualidade do ensino são pouco divulgadas, não constituindo foco da mídia.

Pesquisas recentes desenvolvidas por investigadores brasileiros e internacionais indicam a estreita relação existente entre as formas de regulação adotadas após a década de 1990 para a gestão das políticas públicas e a implantação de modelos ou sistemas restritos de *accountability*, referenciados numa lógica do setor privado, os quais são apresentados como a única forma de aumento da eficiência do uso dos recursos públicos.

O próprio conteúdo atribuído aos termos de regulação e responsabilização carece de

tratamento cauteloso na medida em que sua disseminação – na mídia, nas produções elaboradas pelos organismos internacionais, no Congresso Nacional e entre pesquisadores do campo das políticas sociais e na esfera dos movimentos sociais – tem naturalizado processos autoritários e excludentes na condução dessas políticas.

Não são raros os casos em que a combinação de responsabilização e resultados escolares, tomada como avaliação de desempenho de redes e sistemas e associados a medidas de culpabilização de gestores e docentes, tem acentuado as graves distorções internas já existentes nos sistemas educativos brasileiros: essas ações aprofundam lógicas excludentes.

A *Revista Educação & Sociedade* tem focado tal problemática em suas edições, tendo-a priorizado em seu número 119 no dossiê “Políticas de Responsabilização”, quando o tema é exposto à reflexão crítica.

Justificativa: Nesta perspectiva é importante no IV SEB focar a problemática que antecede as questões das diferentes formas de manifestação da responsabilização, ou seja, perguntar sobre as estruturas em que se apóiam aquelas formas. Vista desse ângulo surge com força na análise à necessidade do ponto de partida do IV SEB ocorrer sobre o entendimento do Estado brasileiro. Diferentemente dos estados da Europa, no Brasil não ocorreu a consolidação do Estado do Bem Estar Social. A Constituição de 1988 caminhou na pretensão da construção de um Estado que garantisse a efetivação dos direitos sociais. Contudo esses direitos mal se insinuam na vida do país, considerando que uma parte significativa da população brasileira continua na condição de não sujeito dos direitos. Que processos acontecem no país que dificultam a construção de um Estado de direito no patamar já atingido por outros países com níveis equivalentes de riqueza? As últimas décadas apontam um país avançando na direção do fortalecimento da esfera pública? Ou apontam para um Estado cada vez mais tímido ante as demandas das grandes corporações privadas, porém regulador? Nesse contexto como se entender as privatizações? São elas evidências da força do mercado ou fraqueza da esfera pública? São elas mecanismos de busca de maior eficiência do uso dos recursos públicos, ou tentativa de resolver os problemas de queda de lucratividade do setor privado que passa a avançar sobre área tradicionalmente sob o controle estatal, mesmo em países capitalistas, como a educação e a saúde?

Como se coloca nesse cenário o desafio de se entender os fundamentos do conceito de regime de “colaboração”, considerando um país onde a desigualdade sociopolítica, econômica são como que marcas de origem de sua herança colonial? Regime de colaboração em um cenário de desigualdades de poderes em que entes federados possuem poderes tão diferentes, tão desiguais? Ante tamanha desigualdade que se estabelece entre os entes federados e entre as diferentes regiões do país como estabelecer um autêntico regime de colaboração? É possível? Como garantir igualdades de direitos em um sistema no qual o poder dos atores é tão assimétrico?

Caminha o Estado brasileiro na direção do fortalecimento dos direitos políticos e sociais em uma democracia participativa tendo por base uma cidadania ativa ou avança, pelo contrário, para o fortalecimento do controle da coisa pública no interesse do setor privado, sob a égide da regulação?

Como pensar a construção de um sistema nacional de educação tendo por referência uma cultura “cooperativa” entre os entes federados? Na correlação de forças

contemporâneas como contribuir para reforçar a esfera pública e a escola pública?

3. OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO E PESQUISADORES

Objetivos: É, pois, na dimensão dessas indagações e alertas referentes às mudanças recentes ocorridas no papel do Estado, na perspectiva de garantia de direitos sociais plenos, do fortalecimento da justiça, da redução das desigualdades regionais, da valorização das diversidades, pautada em um regime de cooperação, de controle social e estatal, no financiamento público e na gestão democrática que se inscreve a presente proposta de realização do IV SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, promovido pelo *Centro de Estudos Educação e Sociedade*, tendo em vista a importante tarefa, estabelecida no art. 214 da Constituição Federal de discussão, votação, aprovação e concretização de um Plano Nacional de Educação à altura dos desafios que se colocam à sociedade brasileira na próxima década, evidências que persistirão na construção e implementação do Sistema Nacional de Educação. Assim, o IV Seminário de Educação Brasileira objetiva reunir educadores, governos, pesquisadores nacionais e internacionais, estudantes e entidades da sociedade civil que atuam e militam na área da Educação, nas esferas pública e privada, formal e não formal e que formulam, implementam e/ou avaliam políticas, projetos e práticas educacionais. O IVSEB, ao trazer como tema "Políticas de Responsabilização, Regime de Colaboração e Sistema Nacional de Educação", proporciona espaço de reflexão entre campos interdisciplinares que atuam em diferentes frentes da Educação Nacional e objetiva alavancar documentos propositivos tendo em vista a construção de políticas de responsabilização, regime de colaboração e um Sistema Nacional de Educação comprometido com um projeto de Educação pública, laica, democrática e de qualidade para todos.